

ESCOLA, BIBLIOTECA E LEITURA: UMA RELAÇÃO DELICADA

Érica Baião Bahia*

RESUMO: *Este artigo se propõe a relatar parte do estudo monográfico de mesmo título que analisa a relação mantida com a leitura na escola, enfocando a prática de professores e bibliotecários e compreendendo a biblioteca como um espaço de aprendizagem e dinamização da leitura. Escola e biblioteca foram analisadas sob uma perspectiva de integração, tomando-se a vinculação destes espaços como indispensáveis à produção de conhecimentos.*

Palavras-chave: Biblioteca Escolar; Estímulo à Leitura; Leitura.

1. INTRODUÇÃO: ABRINDO OS PRIMEIROS LIVROS

A elaboração do presente trabalho se pautou no interesse em analisar a leitura fora da visão mágica pela qual ela é muitas vezes abordada. Fala-se muito que ler é bom, que ler nos faz viajar. Concorro, mas acredito não haver prazer maior do que compreender porque lemos, quais fatores interferem nas nossas leituras, como e por que o ato de ler pode mudar a nossa concepção em torno dos acontecimentos, sobretudo, a nossa leitura do mundo.

A partir de dois contatos empíricos com a realidade das bibliotecas, pude conhecê-las fora da visão de usuária e me aproximar da realidade da biblioteca escolar, com suas peculiaridades e o perfil de seus usuários. Pude vivenciar as relações mantidas com a leitura dentro da escola. Percebi como a bibliotecária, os professores, crianças, funcionários e pais se relacionavam com os livros, com que intuítos freqüentavam a biblioteca e quais valores lhe atribuíam. Chamou minha atenção, sobretudo, os muitos entraves ocorridos nas relações entre os professores e a bibliotecária, os quais se traduziam em uma verdadeira rivalidade, embora velada, mantida por atitudes de descaso e disputa, como se ambos se encontrassem em situação de oposição, ou, no mínimo, em instâncias de diferente importância na formação dos estudantes.

Assim se constituíram os propósitos deste trabalho, visando analisar as relações entre pedagogos e bibliotecários, quais as suas especificidades, como têm se relacionado ao longo da história e de que forma podem integrar suas competências de modo a estimular a leitura, sem perder de vista a concepção desta como um procedimento amplo que abarca toda a compreensão de mundo do indivíduo.

Com base nos objetivos traçados, encaminhei a questão central do meu estudo monográfico no sentido de investigar as possibilidades de trabalho do pedagogo numa biblioteca, verificando, de fato, como pedagogo e bibliotecário podem incentivar a leitura, utilizando a biblioteca como espaço de reunião e dispersão de livros

* Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia / UFBA. Trabalho monográfico apresentado como requisito para obtenção do grau de licenciatura, sob a orientação da Professora Lícia Maria Freire Beltrão.

2. PERCORRENDO ESTANTES E ESPAÇOS

Como este estudo monográfico prevê não somente discussões baseadas na literatura sobre o assunto e assuntos correlatos, construí um outro percurso metodológico para além dos livros, fora das estantes, já que pretendia alcançar mais de perto professores e bibliotecários. O percurso abrangeu a construção de um roteiro de entrevistas, com vistas à produção de dados que me permitissem a compreensão de como esses profissionais têm se relacionado, já que ambos lidam com um objeto comum aos estudantes - a leitura e os livros -, como ainda a compreensão de como aliam teoria e prática em seu cotidiano profissional de modo a incentivar a leitura de seus alunos, no caso dos professores e desses alunos, no caso dos bibliotecários.

O roteiro (semi-estruturado) das entrevistas buscou atingir os objetivos ditos anteriormente, que agora repito, procurando conhecer a relação que professores e bibliotecários mantêm com a leitura na sua formação pessoal e no trabalho com crianças, saber como esses profissionais se relacionam entre si e o que pensam sobre a tarefa educativa de incentivar a leitura na escola, bem como investigar a formação desses profissionais, especificamente no que diz respeito à leitura.

Considerarei relevante abordar os professores e os bibliotecários acerca da sua formação profissional, investigando de que forma os currículos dos cursos de Pedagogia (ou Normal Superior) e Ciências da Informação promovem ou omitem a importância da biblioteca escolar na aprendizagem dos alunos.

Apesar de ter tomado a leitura sob uma perspectiva ampla, direcionei as investigações empíricas me baseando na leitura da palavra escrita, mas, especificamente, na leitura dos livros, por constatar que a leitura na escola se realiza, predominantemente, através dos livros.

Transcritas as entrevistas, procedi à produção de leitura, tecendo considerações baseadas nos autores estudados, sobretudo em Silva (2001), considerando, portanto, o que diz Orlandi (1987), que “a leitura é produzida”, como também o funcionamento da linguagem, que julgo importante para a constituição dos sentidos, segundo a mesma autora: Quem diz o que diz, de onde diz, para quem diz, logo, sujeito, contexto e papéis.

3. LIVROS FORA DA ESTANTE

3.1. Sobre a Leitura

O termo leitura comumente designa a compreensão de palavras, por isso falarmos em aprendizagem da leitura nos remete imediatamente à lembrança da escola. Embora a associação seja imediata, sabemos que a leitura, mesmo que compreendida exclusivamente como decodificação de letras, pode prescindir do ambiente escolar e ocorrer em ambiente familiar ou social, em que haja contato de um leitor que se inicia com outro experiente que possa mediar a sua aprendizagem. Ao narrar sua experiência de alfabetização, foi dito por Paulo Freire (1997) que, ao chegar à escola, já estava alfabetizado, pois havia aprendido a ler e escrever no quintal de casa, por meio de palavras da sua realidade.

Se compreendermos a leitura como uma forma individual de significarmos o mundo, o seu conceito se amplia e nos permite a descoberta de outras leituras possíveis. Na análise de Martins (1994), começamos a ler a partir dos primeiros contatos com o mundo, quando passamos a dar sentido a tudo o que nos cerca.

Segundo Chartier (1999, p.77), “a leitura é sempre apropriação, invenção, produção de sentidos”. Ao mesmo tempo em que se relacionam, as formas de leitura se distanciam pela independência entre si, uma vez que uma pessoa pode, apesar de não ser alfabetizada, demonstrar clara compreensão dos acontecimentos. O que ocorre, no entanto, é uma



superestimação da escrita, refletindo uma educação livresca que não valoriza outros conhecimentos senão os oriundos da instituição escolar. Muitos educadores proclamam, hoje, a existência de uma crise da leitura, porém essa suposta crise é fruto do não-reconhecimento de outras possibilidades de leitura além dos livros (Martins, 1994).

A abordagem da leitura pela perspectiva ampla, aqui proposta, rompe com concepções limitadas do ato de ler e colabora com a disseminação de outras possibilidades de compreensão do mundo, além da palavra escrita.

A leitura, entendida como produção de sentido, torna-se presente na vida das pessoas, através de diferentes linguagens, tais como as linguagens do cinema e do teatro, música, artes plásticas, dança etc. Pensar a leitura, portanto, requer do educador a capacidade de enxergá-la de um modo que não restrinja seu aluno a indicações bibliográficas e fichas de leitura, conforme anuncia Quevedo ao dizer que:

No momento em que o professor se propõe a interpretar os diversos aspectos de uma obra televisiva ou cinematográfica, está abrindo ao seu aluno a possibilidade de percepção do mundo das imagens, associado às palavras. Essa prática poderá “alimentar” os estudantes, dando um sentido maior à tarefa de leitura das palavras. (QUEVEDO, 2002, p.73)

Nas palavras de Paulo Freire (1999, p.24), “reduzir a comunicação puramente pra linguagem escrita, e até mesmo a oral, é estreitar a capacidade comunicante do ser humano”. Tomando como empréstimo o discurso de Freire, poderíamos ampliar o entendimento da sua afirmação a ponto de dizermos que restringir o entendimento da leitura meramente à palavra escrita seria igualmente reduzir o potencial leitor do indivíduo.

Dessa forma procuramos afirmar a leitura neste trabalho, através de uma concepção que não privilegie uma única forma de entendimento do mundo. Buscamos compreendê-la sob a ótica democrática e, sobretudo, libertária, não cabendo, assim, aprisionarmos o leitor ao livro e condená-lo pelo abandono da leitura.

Diante dessa concepção, cumpre salientarmos a importância dos profissionais da educação, incluindo-se aqui os bibliotecários, pela dimensão educativa da sua profissão, estarem atentos à necessidade de uma mudança de olhar em relação à leitura. Caberia dizermos que é chegado o momento de enfrentarmos a chamada crise da leitura, buscando reconfigurá-la, assumindo posturas mais generosas, conseqüentemente, menos excludentes.

3.2. Sobre as Bibliotecas

Com o objetivo de proteger os registros de suas experiências, a humanidade passou a organizá-las em coleções. Seja em papiros, pergaminhos, códices, livros ou *sites*, a organização é, e sempre foi, um aspecto fundamental para a preservação dessas coleções, hoje chamadas bibliotecas. (Milanesi, 2002)

A reunião de registros em acervos esteve sempre associada à idéia de poder e de desenvolvimento. As sociedades, na medida em que eram dotadas de maior número de acervos reunidos, garantiam a notoriedade de seu grau de desenvolvimento social. (Milanesi, 2002)

Agregada à idéia de desenvolvimento, surgiu a noção de relevância de alguns saberes, o que determinou, portanto, que eles precisariam ser conhecidos, ampliados e disseminados pelas futuras gerações, reforçando a necessidade das bibliotecas e contribuindo para o surgimento das bibliotecas escolares, conforme afirma Milanesi:

Em cada unidade de ensino, das primeiras letras ao aprofundamento máximo em áreas distintas, ao lado das aulas voláteis, foram erguidas bibliotecas

perenes. Elas, antes de tudo, tiveram o papel de iniciadoras do jovem no âmbito do saber indicado como necessário. (MILANESI, 2002, p. 11)

Se foi, e ainda é, tão importante a atividade de organização de registros, ainda mais importante é o conhecimento dos códigos capazes de garantir o acesso a esses registros. À medida que crescem as coleções, cresce também a necessidade de códigos e regras, para que não se perca a função essencial das bibliotecas: garantir a preservação da produção humana. É dessa necessidade de preservação que surge o bibliotecário, conforme explica Milanesi (2002):

Não se sabe, exatamente, quando surgiu e fixou-se a habilidade de ordenar tabuinhas de argila, papiro ou pergaminho. Certamente, foram aqueles que se interessavam pela escrita e compreendiam a necessidade de ordenar esse material. Com a habilidade especial de ordenar a desordem de toneladas de livros amontoados ou de milhões de sites na Internet, essa figura humana durante séculos ofereceu a chave das coleções. Num determinado período de tempo deu-se o nome de “bibliotecário” a essa figura humana encarregada de facilitar a vida de todos que procuravam em bibliotecas um determinado livro. (MILANESI, 2002, p.15-16)

O conhecimento dos códigos, para muitos indecifráveis, confere ao bibliotecário um papel privilegiado diante dos indivíduos que buscam a informação, pois sem ele seria impossível caminhar pelas galerias de códigos, sistemas e normas sob os quais se organizam as bibliotecas. Talvez por isso se explique a postura, muitas vezes autoritária, revelada no exercício dessa profissão.

Não se sabe ao certo quando ele surgiu, mas a sua presença se tornou indispensável. Em meio a tantas mudanças ocorridas no processo de consolidação dos livros, conforme os conhecemos hoje, a figura do bibliotecário foi tendo a sua importância aumentada na proporção em que aumentava a disseminação da leitura.

Frente aos avanços tecnológicos, não raras são as reações de estranheza aos novos formatos que nos são impostos a cada dia, seja nos modos de produção, seja nas atividades cotidianas. Impõem-nos também, por consequência, outras formas de nos relacionarmos ou nos posicionarmos diante de objetos e situações, antes tão usuais.

E é por conta dessas alterações, de formatos e mentalidades, que se torna relevante a discussão, neste caso, acerca da biblioteca e do papel do bibliotecário na contemporaneidade. Isso porque, seja qual for a área do conhecimento a ser estudada, se terá de recorrer, inevitavelmente, aos registros produzidos pela humanidade.

Ao bibliotecário contemporâneo cabe, portanto, a gestão, não mais de um acervo estático, mas de múltiplos acervos, compostos por linguagens diversas. Cabe também, sobretudo, a capacidade de atuar em parceria com outros profissionais, que, longe de roubar a cena, chegam para compor uma equipe à qual se impõe a partilha, nunca a sobreposição.

Nesse sentido, Rösing (2002) propõe que a reflexão se volte, não somente para a dinamização de acervos, mas para a dinamização de pessoas, buscando-se, com isso, novas perspectivas para a leitura.

Acredita-se na possibilidade de delinear o perfil de um novo ator, animador cultural, capaz de, além de pôr em prática as peculiaridades da formação recebida no bacharelado referido, dinamizar a biblioteca no âmbito de uma proposta coletiva de transformação do processo ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, da escola. (RÖSING, 2002, p. 393)

A perspectiva do bibliotecário, como um animador cultural, requer dele a capacidade de se relacionar com outros profissionais ao passo que relaciona saberes e competências. Ouvindo Rösing (2002), percebe-se que o que se impõe ao bibliotecário contemporâneo é a assunção de outras atitudes, com vistas ao planejamento coletivo e à responsabilidade de atuar não mais nas antigas bibliotecas, mas nos centros multimídiais de dinamização da leitura.

Segundo Silva (2001), os conflitos estão ligados, diretamente, à questão de limites e possibilidades de atuação de professores e bibliotecários. Enquanto não se definem essas identidades em transição, cria-se uma crise de ressentimentos que prejudica, principalmente, a leitura e, por conseqüência, a aprendizagem dos educandos.

É no sentido de alteração desse quadro que precisam ser encaradas as questões referentes à biblioteca, buscando-se integrar as especificidades dos profissionais, em nome da melhoria da qualidade da leitura realizada na escola. Para a superação dos entraves, é indispensável, pois, que se entenda a atividade biblioteconômica como uma atividade eminentemente educativa, para além da mera difusão de informações e sistemas de dados.

4. LENDO A FALA DOS BIBLIOTECÁRIOS E PROFESSORES

Faço a leitura da fala dos professores e bibliotecários constituída, nas entrevistas, considerando o que Orlandi (1987) trata, e que ora repito: a noção de que a leitura é produzida, portanto, a relevância de se considerar sujeito, contexto e papéis. Além disso, tomo as questões propostas como forma de governar cada leitura, focalizando o que elas tematizam. No caso do bibliotecário: a formação, as atividades desenvolvidas e a dimensão educativa do seu trabalho. No caso dos professores: a formação, a interação com as famílias e a sua própria condição de leitores.

O perfil leitor do professor é alvo de críticas de diversos setores da sociedade. As críticas, certamente, poderiam ser reforçadas a partir da análise das falas das entrevistadas. Neste caso, proponho, novamente, uma análise influenciada pelas concepções de Orlandi, visando, portanto, à perspectiva de uma leitura produzida e validada a partir de um determinado contexto.

Entendemos como incompletude o fato de que o que caracteriza qualquer discurso é a multiplicidade de sentidos possíveis. Assim, o texto não resulta da soma de frases, nem da soma de interlocutores: o(s) sentido(s) de um texto resulta(m) de uma situação discursiva, margem de enunciados efetivamente realizados. Esta margem – este intervalo – não é vazio, é o espaço determinado pelo social. ORLANDI, p.20)

A análise das falas merece, portanto, uma análise mais ampla, que abarque os contextos de formação dos profissionais da Educação no Brasil, buscando as condições de produção de leitura pelos professores e, sobretudo, um outro olhar sobre essa categoria.

No que tange à formação de professores e professoras, é importante lembrarmos que, entendendo a leitura como um procedimento amplo de compreensão de mundo, não podemos atribuir a esses profissionais o “título” de não-leitores. Entretanto, tratando a educação, também, de disseminar a cultura produzida pela humanidade e considerando que essa transmissão se dá, de modo geral, através dos livros, o professor não pode esquivar-se da condição de leitor da palavra, uma vez que ela é inerente ao seu exercício profissional.

Ainda que a escola enfatize o ensino discursivo, não podemos negar que a educação brasileira é livresca e utiliza-se essencialmente da escrita através de recursos como os livros didáticos, paradidáticos, gramáticas, quadro-negro, entre outros, como recursos de ensino, o que

reforça, mais uma vez, a idéia de que o professor é leitor, embora seja visto contrariamente por uma parcela da população. (BATISTA, 1998).

Torna-se relevante, portanto, considerarmos a dicotomia existente na configuração do professor como praticante da leitura. Embora seja ele o profissional responsável pela iniciação leitora das crianças, seus hábitos de leitura são, com frequência, questionados socialmente.

A constatação de que a leitura docente, formada e reproduzida através do ambiente escolar, só se aplica aos conteúdos validados pela escola, nos permite a percepção da imagem social do professor como um não-leitor, uma vez que ele, conforme demonstraram os estudos de Batista (1998), não demonstra autonomia nem competência para realizar leituras descomprometidas com a aprendizagem, aquelas que não requerem a busca de conteúdos instrutivos.

Dessa forma, mesmo concluindo que o professor é, de fato, leitor, o preconceito contra as suas leituras acarreta em uma hierarquização da leitura, sendo o professor, neste caso, tido como um leitor menor, o que, fatalmente, conota uma exclusão cultural. (BATISTA, 1998)

Nesse caso, o professor, apesar de ter tido acesso ao relativo processo de democratização escolar, é vítima e, ao mesmo tempo, reproduzidor, de um sistema que exclui a longo prazo. Sistema esse que, além de não capacitar o estudante a criar uma relação não-escolar com a leitura, o leva a uma relação de insegurança diante dela, por não se sentir capaz de “transitar” livremente entre os variados tipos de textos, gerando, assim, uma descrença na própria condição leitora e, conseqüentemente, um descrédito social do professor em relação à legitimidade de suas leituras.

5. CONSIDERAÇÕES ABERTAS A DIÁLOGOS

A partir da revisão de literatura, verifiquei que os teóricos apontam para a necessidade de integração biblioteca-escola, considerando ambas, igualmente, como espaços propícios à formação. Além disso, percebi que o incentivo à leitura na escola é influenciado diretamente, pela formação dos professores e bibliotecários, refletindo uma educação fundamentada na reprodução e na centralização do saber docente.

De acordo com as investigações empíricas, observei que o perfil leitor do professor está centrado em uma leitura quase que totalmente formativa, excluindo-se a fruição como um elemento de incentivo, refletindo, assim, nas práticas de leitura efetuadas na escola.

O professor aparece como leitor interdito, desejoso de novas leituras, mas restrito às leituras formativas, tanto pela influência da sua formação quanto pelas condições de acesso aos livros. Sendo um leitor desprestigiado socialmente, prejudicado pelo ensino livresco pelo qual foi formado, o professor se encontra condicionado a educar pela reprodução, transmitindo aos educandos o mesmo modelo pelo qual foi educado.

Ficou evidente a importância do envolvimento de professores e bibliotecários com práticas de leitura, desde os cursos de formação profissional, bem como o aprofundamento dos estudos relacionados à leitura e seus condicionantes sociais, para que, desse modo, ambos possam se voltar à melhoria da relação escola-biblioteca-leitura.

A função privilegiada que tem o bibliotecário de dominar os instrumentos necessários à organização das memórias da humanidade, de guiar o leitor pelos labirintos da informação, deverá dividir espaço com novas funções, oriundas da necessidade de estabelecer relações e transformar atores educacionais isolados em uma equipe multidisciplinar, compartilhando a tarefa de promoção da leitura.

Como animador cultural, se evidencia a dimensão educativa que tem esse profissional, seja no sentido de formação dos educandos, seja na capacidade de motivar professores a se engajarem na parceria necessária à melhoria da educação.



Desse modo, escola-biblioteca configuram um binômio fundamental à aprendizagem, em qualquer nível de ensino. É recomendável, portanto, que sejam repensadas as posturas dos profissionais em questão, de modo a promover a leitura na escola e construir um novo perfil para sua atuação, contemplando as exigências de um modelo educacional voltado para o incentivo à autonomia do aluno na construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Os (as) professores (as) são “não-leitores”? In: MARINHO, Marildes; SILVA, Ceris S. R. da (org.). **Leituras do Professor**. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 23-60.
- CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 33 ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. Da leitura do mundo à leitura da palavra. In: BARZOTTO, Valdir Heitor (org.). **Estado de Leitura**. Campinas, Mercado de Letras, 1999. p. 19-29. Entrevista concedida a Ezequiel Theodoro da Silva.
- MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- MILANESI, Luís. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- ORLANDI, Eni P. A linguagem e seu funcionamento. In: _____. **As formas do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1987. p. 193-203.
- QUEVEDO, Hercílio F. Ler é nossa função essencial (ou não?). In: RÖSING, Tania M. K.; BECKER, Paulo (org.). **Leitura e Animação Cultural: repensando a escola**. Passo Fundo: UPF Editora, 2002.
- SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura na Escola e na Biblioteca**. 7ed. Campinas: Papyrus, 2001.